



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011299-49.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária**
 Requerente: **Banco Daycoval S/A**
 Requerido: **Paula Gama Alves**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

BANCO DAYCOVAL S/A, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária em face de Paula Gama Alves, também qualificado, alegando que tenha firmado com o réu em 16/12/2014, contrato de financiamento no valor de R\$ 12.857,09, a ser pago em 36 prestações mensais no valor de R\$ 549,64 cada uma, garantido pela alienação fiduciária do automóvel de marca *Volkswagem modelo Fox, cor preta, placa DIW4456, chassi 9BWKA05Z654056138*, deixando entretanto de honrar com as parcelas vencidas a partir de 16/06/2016, de modo a implicar no débito atualizado no valor de R\$ 9.496,69 até a propositura da ação, à vista do que requereu liminarmente a busca e apreensão do bem descrito, com a final consolidação da posse do bem em suas mãos.

Deferida a liminar, o veículo foi devidamente apreendido, seguindo-se contestação da ré alegando a inexistência do débito por se cuidar de contrato de adesão, no qual teria renegociado o pagamento do saldo devedor, sendo surpreendida com a busca e apreensão e a propositura da presente demanda de má-fé pelo autor, uma vez que aguardava a remessa dos boletos da renegociação para pagamento, à vista do que requereu a intimação do autor para que apresente as gravações das conversas, das quais não possui os protocolos das ligações, com a revogação da decisão liminar e restituição do bem, com a conclusão de improcedência da ação.

O autor replicou indicando que a mora teria sido devidamente constituída e que o contrato de adesão seria válido por não violar as normas constitucionais, cuidando-se de negócio que a ré celebrou conhecendo previamente as condições, de modo a reiterar os pleitos da inicial.

É o relatório.

DECIDO.

A mora, realmente, está bem caracterizada, cumprindo então reconhecer que, tendo a ré se obrigado, nos termos do contrato, a saldar o valor das parcelas, e não o tendo feito, de rigor se acolha a pretensão do banco autor, para tornar certa e definitiva, em suas mãos, o domínio e a posse do bem.

A questão de que o negócio tenha sido firmado em contrato de adesão não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

cria vício ou nulidade de espécie alguma, atento a que o Código de Defesa do Consumidor “*não fulmina de nulidade todos os ajustes, mesmo nos contratos de adesão, que possam ser havidos, posteriormente, pelo contratante de menor poder econômico como desfavoráveis a ele em algum aspecto*” (Ap. nº. 522.303-00/6 – 2º TACSP – v. u. - VIEIRA DE MORAES, Relator) ¹.

Valha também destacar, sobre uma suposta transação, não haja prova alguma da parte da ré a dar credibilidade ao argumento, que sequer vem acompanhado dos respectivos protocolos de negociação pelo *telemarketing* do banco, além do que se cuida de afirmação expressamente negada pelo banco credor, de modo a impor a aplicação do entendimento firmado em nossos tribunais, no sentido de que “*No tocante à não aceitação da proposta de acordo feita em contestação, não se pode obrigar a apelada a ver a obrigação contratada ser cumprida de modo diverso do pactuado (art. 863, CC), de modo que apenas exerceu seu direito*” ².

De resto, “*Comprovada a mora e verificado o inadimplemento, em sede de busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente mostra-se descabida pretensão voltada à abordagem de cláusula contratual*” (cf. Ap. nº 0010580-11.2008.8.26.0196 - 30ª Câmara de Direito Privado TJSP - 29/06/2011 ³).

A ação é, portanto, procedente, cumprindo à ré arcar integralmente com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, observando-se que, litigando sob os auspícios da assistência judiciária gratuita, fica prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da medida concedida.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação para dar por consolidada em mãos do autor BANCO DAYCOVAL S/A o domínio e a posse do veículo *Volkswagem modelo Fox, cor preta, placa DIW4456, chassi 9BWKA05Z654056138*, tornando definitiva a medida de busca e apreensão, e CONDENO a ré ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ela concedida.

P. R. I.

São Carlos, 20 de março de 2017.

VILSON PALARO JÚNIOR
 Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

¹ JTACSP, Vol. 174, pág. 423;

² LEX - JTACSP - Volume 193 - Página 627.

³ www.esaj.tjsp.jus.br